

“Votar reforma em 75 dias”

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O Congresso Nacional já encontrou uma fórmula para amenizar os efeitos negativos da manutenção do reajuste dos parlamentares, que tiveram seus vencimentos elevados de R\$ 4,088 mil para R\$ 8 mil com direito a 14º e 15º salários. A idéia é anunciar um grande esforço do Legislativo para se votar a reforma previdenciária até maio, data-base para o reajuste do salário-mínimo, tirando os argumentos do Executivo para evitar o seu aumento para R\$ 100.

“Podemos concluir a votação da reforma da Previdência em 75 dias”, garantiu ontem o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE). Na sua opinião, essa deverá ser a prioridade da reforma constitucional, já

que o aumento do salário mínimo está vinculado a ela.

Seguindo a ordem de prioridades levantadas ontem por Inocêncio, a Câmara, depois de cuidar da reforma da Previdência, deverá definir o tamanho do Estado e os encargos da União, estados e municípios, para então entrar no mérito da reforma tributária. O ex-presidente da Câmara acredita que a reestruturação do sistema tributário certamente será o ponto mais polêmico da reforma constitucional. Ele teme, inclusive, que o assunto não consiga ser votado no primeiro semestre deste ano.

A ordem econômica e o sistema financeiro, segundo Inocêncio, poderão ficar para o final. Mas por último mesmo, ele sugere que fique a proposta governista de flexibilização da estabilidade dos servidores públicos, outro assunto considerado extremamente delicado e polêmico.